

Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (CGRPJe)

Ata de reunião - 01/2021

1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Tipo de reunião: Ordinária (por videoconferência) Data: 28/04/2021, às 14:30 horas

2. PARTICIPANTES

Nome	Órgão	Assinatura
Luiz Antonio Moreira Vidigal Desembargador Presidente e Coordenador	TRT-2	Ausência justificada (necessidade de serviço)
Eduardo de Azevedo Silva Desembargador do Trabalho	TRT-2	EDUARDO DE Assinado de forma digital por EDUARDO DE AZEVEDO SILVA:79007473891 SILVA:79007473891 Dados: 2021.05.19 1626:53 -03'00'
Heloisa Menegaz Loyola Juiza Auxiliar da Presidência	TRT-2	HELOISA MENEGAZ LOYOLA:26014021809 Assinado de forma digital por HELOISA MENEGAZ LOYOLA:26014021809 Dados: 2021.05.2113:15:58-0300'
Soraya Galassi Lambert Juiza Auxiliar da Corregedoria Regional	TRT-2	Ausência justificada (em correição)
Carolina Menino Ribeiro da Luz Pacífico Juíza Titular	TRT-2	Ausência justificada (realização de audiências)
Anna Carolina Marques Gontijo Juíza Substituta	TRT-2	ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO:166960 Asinado de forma digital por ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO:166960 Addic: 2021.05.25 M-54-48 -0300
Vera Lúcia Carlos Procuradora - PRT da 2ª Região	MPT	VERA LUCIA Assinado de forma digital por VERA LUCIA CARLOS:64194469887 Dados: 2021.06.04 10:08:51-03'00'
Virgílio Bernardes Carbonieri Procurador - PGE	PGE	
Marcia Sanz Burmann Advogada representante da OAB/SP	OAB	





Oswaldo José Costa da Silva Leme Secretaria Geral da Presidência	TRT-2	OSWALDO JOSE COSTA DA SILVA LEME:97446 Dados: 2021.05.21 14:24:52-03'00'
Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira Secretaria-Geral Judiciária	TRT-2	Ana Celina Ribeiro Ciancio Assinado de forma digital por Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira Dados: 2021.05.25 15:38:08-03'00'
Leandro Pereira Pedro Secretaria da Corregedoria Regional	TRT-2	LEANDRO PEREIRA Assinado de forma digital por LEANDRO PEREIRA PEDRO:1 38215 Dados: 2021.05.25 17:17:28-03'00'
Maria Inês Ebert Gatti Secretaria da Vice-presidência Administrativa	TRT-2	MARIA INES EBERT Assinado de forma digital por MARIA INES EBERT GATTI69914 Unados: 2021.05.28 16:35:52 -03'00'
Elizabeth Françoise Kolb Gabinete de Desembargador	TRT-2	
Conrado Augusto Pires Varas do Trabalho (10ª VT/SP - Zona Sul)	TRT-2	CONRADO Assinado digitalmente por CONRADO AUGUSTO PIRES: 129178 AUGUSTO PIRES: Localização: 23°38'05.0°S 129178 Pata: 2021.05.31 18:49:03-03'00'
João Ricardo Crema de Oliveira Calculista (17ª VT/SP - Zona Sul)	TRT-2	Ausência justificada (necessidade de serviço)
Francisco Sorio Flor Oficial de Justiça	TRT-2	FRANCISCO SORIO Digitally signed by FRANCISCO SORIO FLOR:157147 Pate: 2021.06.01 09:37:26 -03'00'
Leonardo Tuffi Hassan Arruda Secretaria de Turma	TRT-2	LEONARDO TUFFI Assinado de forma digital por LEONARDO TUFFI HASSAN HASSAN ARRUDA:121720 ARRUDA:121720 Dadus: 2021.06.02 20:01:32 -03'00'
Mônica Sampaio Cavalcanti Secretaria de Turma	TRT-2	Ausência justificada (em sessão telepresencial)
Márcio Nisi Gonçalves Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	TRT-2	MARCIO NISI GONCALVES:47597 Assinado de forma digital por MARCIO NISI GONCALVES:47597 Dados: 2021.05.21 17:40:45 -03'00'
Michele Vieira Campos Coordenadoria Apoio Sistemas Judiciais Eletrônicos	TRT-2	MICHELE VIEIRA CAMPOS:03742394959 CAMPOS:03742394959 Dados: 2021.05.19 14:53:01-03'00'
3. OUTROS PARTICIPANTES		
Rosemeire Cassia de Souza Cerqueira Chefe da Secretaria da Coordenadoria do 2º Grau	MPT	ROSEMEIRE CASSIA DE SOUZA CERQUEIRA:02197422863 CERQUEIRA:02197422863 CERQUEIRA:02197422863 CERQUEIRA:02197422863 CERQUEIRA:02197422863 CERQUEIRA:02197422863





4. DELIBERAÇÕES

1. Priorização das demandas de melhorias do sistema PJe apresentadas pelo TRT2

As demandadas aprovadas foram priorizadas e anexadas à presente ata para encaminhamento ao Comitê Gestor Nacional do PJe na Justiça do Trabalho.

2. Não foram apresentadas demandas pela PGE/SP

3. Demandas do Ministério Público do Trabalho

- a) Pela chefe da Secretaria da Coordenadoria do 2º Grau, Sra. Rosemeire Cerqueira, foi solicitada a disponibilização de software, já utilizado atualmente por outros dois Tribunais (TRT da 4ª e da 15ª Região), com o objetivo de exportar as pautas das sessões de julgamento diretamente pelo MNI. Tal ferramenta eliminaria o trabalho humano nesse sentido e evitaria erros, facilitando também a identificação dos processos que o membro do Ministério Público do Trabalho pretende analisar. Informou que o pedido já foi feito para a Coordenadoria de Sistemas de TIC e, como resposta, foi orientada a pautar o assunto nesta reunião. O diretor da SETIC informou que não se trata de serviço ou dado atendido pelo Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), mas, sim, de produto desenvolvido pela 15ª Região, que não faz parte dos produtos oficiais do PJe. Ainda que haja encaminhamento para que seja produto nacional e em que pese o grande beneficio que seu uso traria para o MPT, a SETIC analisará as limitações técnicas para implantação e eventual necessidade de validação pelo CSJT.
- b) Ainda pela Sra. Rosemeire Cerqueira foi informado que os e-mails automáticos das pautas de sessões de julgamento não estão contemplando todas as Turmas. Como exemplo, citou data (6) em que haverá sessão em doze Turmas e recebeu e-mail automático somente com pautas de cinco Turmas. Pelo Márcio, diretor da SETIC, foi informado que há definição de requisito para que o envio contemple pautas de sessões de julgamento que ocorrem dentro de determinado período: dez dias de antecedência. Assim, caso a pauta seja fechada depois (sem observar os dez dias de antecedência) não será incluída e não haverá posterior reprocessamento. A SETIC verificará a possibilidade de reajustar esse prazo, caso a alteração não impacte no uso do sistema internamente.





A chefe da Coordenadoria de 2º grau da PRT informou ainda que, havendo o acoplamento do software ao MNI (item a), já restaria solucionado o problema de extração das pautas pelo MPT, atualmente realizada por meio dos e-mails automáticos (item b).

c) A Dra. Vera Lúcia Carlos, Procuradora Coordenadora de 2º grau, recebeu o oficio resposta do GT-CGRPJe em que informamos o atual comportamento do sistema para visibilidade, pelos membros do Ministério Público do Trabalho, dos processos que tramitam em segredo de justiça, não somente quando constam da autuação como parte ou participante, mas também quando participam da sessão de julgamento. Informou que o problema ocorre especialmente em ações rescisórias e também nas sessões telepresenciais.

Após a informação de que o Procurador específico, incluído na sessão de julgamento, passa a visualizar o processo no "Painel do procurador na sessão" a partir do **início da sessão**, informou que precisam analisar os processos **antes** do início da sessão. O ente tem interesse em acompanhar determinadas ações, como, por exemplo, envolvendo interesse de menores, e nem todas são encaminhadas ao MPT para parecer. Essa falha no procedimento era suprida na própria sessão presencial, em que o ente conseguia analisar os processos físicos antes do início da sessão. Entretanto, com a atual sistemática, não há tempo hábil para esta análise no decorrer da sessão telepresencial, que é mais dinâmica, rápida. Nestes casos, acabam por solicitar a retirada de pauta ou adiamento do julgamento do processo em questão.

Assim sendo, o Comitê deliberou por encaminhar o assunto para a E. Presidência para expedir orientação quanto à necessidade de conferência prévia do interesse e ciência do MPT nos processos pautados que tramitam em segredo de justiça e, alternativamente, conceder visibilidade ao ente em todas essas ações.

4. Demandas da OAB

A Dra. Marcia Sanz Burmann, advogada representante da OAB/SP, em sua primeira participação neste Comitê, parabenizou o trabalho de todos, pois, como usuária do PJe em todos os Tribunais, entende que o PJe do TRT da 2ª Região é um dos mais ágeis, mais acessíveis e com maiores recursos. Fez dois apontamentos para análise pelo Comitê:





- a) ao protocolar um processo em segredo de justiça não é possível sua visualização imediata no acervo do advogado peticionante e, assim, não é possível confirmar o protocolo;
- b) no peticionamento avulso n\(\tilde{a}\)o é poss\(\tilde{v}\)el o acesso imediato ao recibo do protocolo.
 Os dois cen\(\tilde{a}\)rios ser\(\tilde{a}\)o objeto de an\(\tilde{a}\)lise negocial e t\(\tilde{c}\)rios, para as provid\(\tilde{e}\)ncias que se fizerem necess\(\tilde{a}\)rios.

5. FECHAMENTO

Próxima reunião para o dia 9 de junho de 2021, às 14:30 horas.





ANEXO - Priorização das melhorias aprovadas pelo CGRPJe em 28/04/2021

Prioridade - Detalhamento da melhoria

- 100 Retorno das configurações de formatação anteriormente utilizadas no editor de textos do sistema PJe
- 99 Possibilitar personalização do autotexto da conciliação no AUD4 por magistrado
- 98 Alterar o comportamento da validação da assinatura
- 97 Alteração da regra negocial de expedição do alvará de GRU (SIF) para evitar saldo nas contas judiciais
- 96 Automatizar, no SIF, a opção de conta corrente/poupança para todos os bancos
- 95 Confecção de alvarás no SIF com o perfil de magistrado
- 94 Permitir aos secretários o campo "revisor" das cadeiras do OJC
- 93 Excluir registro da cadeira do revisor, em 2º Grau, quando do retorno do processo para apreciação de novo recurso e quando houver julgamento com redator designado
- 92 GPREC Emissão de relatórios no GPREC com o valor atualizado da dívida
- 91 GPREC Cadastro individualizado dos herdeiros para pagamento preferencial
- 90 Restauração da ferramenta do EREC satélite que permite o envio de decisões para o PJe
- 89 EREC Ferramenta de revisão na mesma tela
- 88 Desenvolver trâmites internos no EREC
- 87 EREC Estatística dos processos minutados
- 86 Alterar definições do perfil de Oficial de Justiça Distribuidor
- 85 Inserção dos dados da parte contrária pelo advogado que distribui a ação somente para o processo
- 84 Incluir transição manual para controle de acordo quando for homologado no 2º grau (pós-sentença)
- 83 Permitir ao assessor encaminhar processo para a revisão
- 82 Acrescer o nome do juiz prolator da sentença no cabeçalho do voto (variável), vedando que este faça a revisão ou a votação de terceiro e incluindo alerta na conclusão caso seja o relator
- 81 Escaninhos Remoção automática das sinalizações após a assinatura de decisão
- 80 Selecionar na minuta do ato a próxima tarefa após a assinatura
- 79 Na redistribuição fora do horário de expediente, possibilidade de encaminhar o processo ao plantão
- 78 Permitir o cancelamento, no mês da apuração, do registro de pagamento feito por equívoco; criar movimento de cancelamento do movimento nas Tabelas quando fora do período de apuração
- 77 Incluir campo de pesquisa de processo na relação de processos cadastrados no PUSH do advogado
- 76 Sinalização de alteração de votos para os demais votantes





- 75 Exibir número de página do documento visualizado individualmente (carimbado no ato da juntada)
- 74 Visualizar/ocultar documentos excluídos
- 73 Contemplar pessoa jurídica na geração de usuário e senha para consulta pública
- 72 Exibir histórico de quadro de avisos e permissão para edição/exclusão por unidade (local)
- 71 Possibilidade de corrigir registro de sessão de julgamento já encerrada

